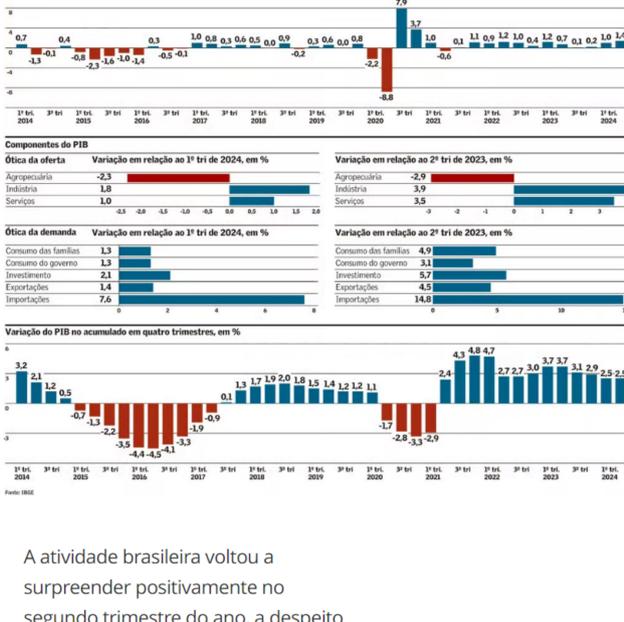


Investimento, consumo e indústria puxam alta do PIB no 2º tri

Atividade surpreende e cresce 1,4%, acima das previsões e a maior elevação desde o trimestre final de 2020

Por Alessandra Saraiva, Anaís Fernandes, Lucianne Carneiro, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Marta Watanabe e Rafael Rosas — Do Rio e de São Paulo

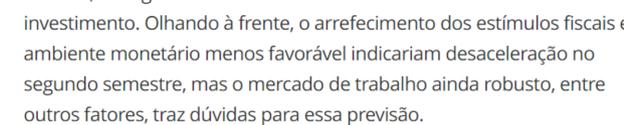
04/09/2024 05h01 - Atualizado há 10 horas



Componentes do PIB

Ótica da oferta	Varição em relação ao 1º tri de 2024, em %	Varição em relação ao 2º tri de 2023, em %
Agronegócio	-2,3	-2,9
Indústria	1,8	3,9
Serviços	1,0	3,5

Ótica da demanda	Varição em relação ao 1º tri de 2024, em %	Varição em relação ao 2º tri de 2023, em %
Consumo das famílias	1,3	4,9
Consumo do governo	1,3	3,1
Investimento	2,1	5,7
Exportações	1,4	4,5
Importações	7,6	14,9



A atividade brasileira voltou a surpreender positivamente no segundo trimestre do ano, a despeito da tragédia no Rio Grande do Sul. Do lado da oferta, a economia foi impulsionada pelos serviços e pela indústria. Do lado da demanda, ganhou impulso com o consumo das famílias, o do governo e o investimento. Olhando à frente, o arrefecimento dos estímulos fiscais e o ambiente monetário menos favorável indicariam desaceleração no segundo semestre, mas o mercado de trabalho ainda robusto, entre outros fatores, traz dúvidas para essa previsão.

O PIB subiu 1,4% no segundo trimestre, ante o primeiro, na série com ajuste sazonal, conforme divulgou ontem o IBGE. O resultado veio acima da projeção mediana de 0,9% captada em pesquisa do **Valor**. A expansão também foi a maior para um trimestre desde os últimos três meses de 2020, quando o PIB subiu 3,7% após o choque inicial da pandemia. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta do PIB foi de 3,3%.

O avanço no segundo trimestre não só foi maior do que o esperado como ocorre sobre uma base mais forte, já que o IBGE revisou o crescimento de janeiro a março de 2024 de 0,8% para 1%, em relação ao quarto trimestre de 2023, cujo PIB também foi revisto de queda de 0,1% para alta de 0,2%. Assim, o PIB encontra-se no maior patamar da série histórica do IBGE.

“É visível que o governo tem ajudado a atividade”

— Flávio Serrano

Só com o resultado do segundo trimestre, se o PIB ficasse estagnado até o fim do ano, o crescimento da economia brasileira em 2024 já seria de 2,5%, estimam economistas. É por isso que diversas instituições financeiras levaram suas projeções para o PIB em 2024 a algo mais próximo de 3%, como a Kínitro Capital. “Para manter os 2,7%, teríamos que observar uma desaceleração mais significativa da economia, mas nenhum dado atual justifica isso”, afirma, em relatório, João Savignon, economista para Brasil da Kínitro. Ele diz também não acreditar em “uma postura passiva do governo em deixar a atividade desacelerar”.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, lembra que havia uma preocupação grande no início do segundo trimestre de as enchentes no Sul trazerem impacto maior para a economia do país. “Mas a recuperação foi muito rápida. Tivemos muito estímulo fiscal direcionado para essa retomada e vemos que foi bem usado. Chegou-se a especular até um PIB [do Brasil] negativo no trimestre, mas isso não aconteceu.”

O crescimento do segundo trimestre foi totalmente concentrado na demanda interna, já que a absorção doméstica (soma do consumo das famílias, dos investimentos e dos gastos do governo) subiu 1,5% no segundo trimestre, ante o primeiro, segundo Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. Ainda que represente desaceleração em relação ao trimestre imediatamente anterior, a taxa é “robusta”, diz Ramos.

Já o setor externo deu contribuição negativa de 1,21 ponto percentual para o PIB do trimestre, segundo Ramos, com exportações crescendo bem menos do que importações: 1,4%, ante o primeiro trimestre, contra 7,6%. O investimento em estoques, por sua vez, ajudou em 1,13 p.p. o crescimento trimestral, estima o Goldman Sachs.

“É o terceiro trimestre consecutivo em que a absorção interna sobe e a absorção externa cai, corroborando a ideia de que o crescimento econômico no Brasil está muito pautado nas atividades internas”, diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

“Demanda coloca em dúvida processo sem ser inflacionário”

— Sílvia Matos

Segundo ele, a parte “cíclica” do PIB, que considera as atividades mais sensíveis ao ciclo econômico, cresceu 5% na comparação com o segundo trimestre de 2023, enquanto a “acíclica” subiu 2,1%. “É o segundo trimestre consecutivo em que o PIB ‘cíclico’ sobe acima do ‘acíclico’. Isso é uma inversão completa do que foi observado ao longo dos quatro trimestres do ano passado”, afirma.

O fato de as importações estarem crescendo tanto mesmo com a forte desvalorização do real ante o dólar é mais um sinal de que a demanda interna está aquecida, dizem economistas.

Pelo lado da oferta, a indústria subiu 1,8% no segundo trimestre, ante o primeiro, bem acima da mediana de 0,7% indicada pela pesquisa do **Valor**. Foi a maior alta para esse tipo de comparação desde o crescimento de 3,3% no primeiro trimestre de 2022. Ainda assim, a indústria está 5,4% abaixo do maior patamar da série histórica do IBGE, registrado no terceiro trimestre de 2013.

Os serviços, por sua vez, subiram 1% no segundo trimestre, ante o primeiro, acima da expectativa mediana de 0,8% e renovando o patamar recorde. Foi o 15º trimestre consecutivo de alta dos serviços, nota Ramos.

Ainda pelo lado da oferta, a agropecuária recuou 2,3% no segundo trimestre, ante o primeiro, quando havia subido 11,1%. Tradicionalmente, o agro concentra a maior parte de sua produção nos três primeiros meses do ano.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias subiu 1,3% no segundo trimestre, ante o primeiro, acima da expectativa mediana de 0,9%. O mercado de trabalho aquecido - com ocupação em alta, desemprego em baixa e massa salarial em trajetória ascendente -, a inflação relativamente controlada, os juros mais baixos em relação a 2023 e a oferta de crédito consistente explicam, segundo economistas, a força do consumo das famílias.

“Olhando a dinâmica do primeiro semestre, é visível que o governo tem ajudado a atividade. Além das transferências diretas, como precatórios, o consumo do governo também veio bem acima do esperado. Mas não é só isso, já que existe um mercado de trabalho robusto”, diz Flávio Serrano, economista-chefe do banco BMG.

O crescimento também de 1,3% do consumo do governo no segundo trimestre, ante o primeiro, foi o maior nesse tipo de comparação desde a alta de 2,4% no terceiro trimestre de 2022. Para Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria, o resultado pode ser explicado pela alta de gastos no ciclo eleitoral municipal e também pelas despesas com saúde pública. Yihao Lin, economista da Genial Investimentos, nota que os desembolsos da União aos governos locais por causa das enchentes no Sul também devem ter contribuído.

“A transferência do governo federal para o Rio Grande do Sul não influencia [diretamente], mas o que foi feito pelo governo local com esses recursos, sim. E também o que foi feito pelo governo estadual”, diz Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Ainda na demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no PIB, subiu 2,1% no segundo trimestre, ante o primeiro. O resultado ficou um pouco abaixo da expectativa mediana de 2,5%, mas, ainda assim, atingiu o maior patamar desde o primeiro trimestre de 2015.

De acordo com o IBGE, a taxa de investimento ficou em 16,8% do PIB no segundo semestre, a mais forte para um período de abril a junho desde 2021 (17,3%), na série disponibilizada pelo instituto. Ramos, do Goldman Sachs, pondera que a taxa ainda está abaixo dos 20% vistos entre 2010 e 2013. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 16% do PIB, a mais baixa para um segundo trimestre desde os 13,8% de 2019, segundo o IBGE.

À frente, economistas tendem a apostar em uma desaceleração da atividade no segundo semestre. Por um lado, a alta dos investimentos é uma boa notícia, mas, por outro, o crescimento da demanda doméstica pode colocar em dúvida a continuidade desse processo sem que ele seja inflacionário, diz Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto de Economia Brasileiro (FGV Ibre).

A aceleração do consumo do governo também levanta um “alerta vermelho”, principalmente por causa da situação fiscal do país, aponta Vitória, do Inter. Para ela, o segundo semestre não deve ser de estagnação, mas também não devemos observar taxas de crescimento no patamar de 1%.

O ABC Brasil espera altas trimestrais ao redor de 0,4% na segunda metade do ano. “O encarecimento de energia tende a reduzir o valor adicionado industrial. Em paralelo, a construção civil deve perder ímpeto com o calendário eleitoral efetivo. E observaremos também o arrefecimento das concessões de crédito, junto com elevação dos juros na ponta”, diz o economista-chefe Daniel Xavier.